



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2002

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 8, n. 2, fev.2002. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em fevereiro, o governo central obteve superávit de R\$ 2,4 bilhões, acumulando no primeiro bimestre de 2002 resultado de R\$ 8,2 bilhões, equivalente a 4,13% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 3,5 bilhões, enquanto que a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,1 bilhão e R\$ 53,2 milhões, respectivamente.

Em fevereiro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 2,4 bilhões.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Jan 2002	Fev 2002	Jan-Fev 2001	Jan-Fev 2002
I. RECEITA TOTAL	29.294,7	23.993,9	41.170,8	53.288,6
I.1. Receitas do Tesouro	24.163,4	18.810,2	31.771,5	42.973,6
I.1.1 Receita Bruta	24.420,2	19.160,7	32.480,6	43.580,9
I.1.2. (-) Restituições	-157,5	-350,6	-599,8	-508,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-99,3	0,0	-109,2	-99,3
I.2. Receitas da Previdência Social	5.131,2	5.183,8	9.399,3	10.315,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.808,1	5.436,9	8.177,9	10.245,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	24.486,6	18.557,0	32.992,8	43.043,6
IV. DESPESA TOTAL	18.591,6	16.140,2	29.742,9	34.731,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.430,2	5.477,6	10.866,4	12.907,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.157,9	6.254,7	10.561,8	12.412,6
IV.3. Custeio e Capital	5.003,4	4.407,9	8.314,7	9.411,4
IV.3.1. Despesas do FAT	335,5	627,5	747,0	963,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	142,6	178,8	535,7	321,4
IV.3.3. Outras Despesas	4.525,4	3.601,6	7.031,9	8.127,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	5.895,0	2.416,8	3.250,0	8.311,8
V.1. Tesouro Nacional	6.921,7	3.487,7	4.412,5	10.409,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.026,7	-1.070,9	-1.162,6	-2.097,6
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-22,8	-53,2	-103,8	-76,1
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	5.872,2	2.363,6	3.146,2	8.235,7
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,72%	4,13%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001, no valor de R\$ 287,1 milhões em janeiro de 2002.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: fev2002/fev2001	
Receitas	29,4%
Tesouro	35,3%
Previdência	9,7%
Transferências	25,3%
Receita Líquida	30,5%
Despesas	16,8%
Benefícios	17,5%
Pessoal	18,8%
Custeio e Capital	13,2%

O resultado primário do governo central nesse primeiro bimestre foi R\$ 5,1 bilhões superior ao obtido em igual período de 2001. As receitas cresceram R\$ 12,1 bilhões (29,4%), atingindo o montante de R\$ 53,3 bilhões no ano. Destaque para a arrecadação extraordinária decorrente do pagamento de tributos em atraso por fundos de pensão (R\$ 1,8 bilhão, em janeiro, e R\$ 1,3 bilhão, em fevereiro), da tributação pelo ganho da Petrobras na troca de ativos (R\$ 1,1 bilhão, em janeiro), e em função da antecipação das concessões de serviços de telefonia (R\$ 655,4 milhões, em janeiro, e R\$ 609,7 milhões, em fevereiro), cujo pagamento estava previsto para março. Além disso, nos primeiros dois meses do ano, a receita da CPMF aumentou devido à mudança na alíquota de 0,30% para 0,38%, somente a partir de março de 2001.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	22,5%	26,7%
Transferências	4,5%	5,1%
Receita Líquida	18,0%	21,6%
Despesa Total	16,2%	17,4%
Resultado Primário	1,7%	4,1%

As transferências a estados e municípios acompanharam o comportamento da receita e aumentaram R\$ 2,1 bilhões relativamente aos dois primeiros meses do ano anterior. Com isso, a receita líquida do governo central totalizou R\$ 43,0 bilhões até fevereiro deste ano, 30,5% acima da verificada em igual período de 2001.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	2,4%	5,2%
Previdência Social	-0,6%	-1,1%
Banco Central	-0,1%	0,0%
Governo Central	1,7%	4,1%

Por sua vez, as despesas do governo central atingiram R\$ 34,7 bilhões no período, tendo crescido R\$ 5,0 bilhões (16,8%) em relação a janeiro e fevereiro do ano anterior. As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram 18,8% devido, entre outros fatores: i) ao aumento salarial de 3,5% concedido em 2002 à totalidade do funcionalismo público; ii) ao realinhamento salarial e reestruturação de algumas carreiras específicas ocorridas no ano passado; e iii) ao pagamento da segunda parcela referente ao passivo dos anuênios devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único. As despesas com custeio e capital cresceram 13,2% devido, em alguma medida: i) à maior liberação para custeio na área da saúde, em atendimento à Emenda Constitucional nº 29/2000; e ii) ao aumento no repasse de recursos do FAT às instituições financeiras para custeio do seguro-desemprego.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,1 bilhões no período, R\$ 935,0 milhões (80,4%) acima do que foi observado nos dois primeiros meses de 2001. A arrecadação líquida cresceu R\$ 915,8 milhões (9,7%), compensando parcialmente o aumento de R\$ 1,9 bilhão (17,5%) ocorrido nas despesas com benefícios previdenciários. No período, houve incremento de 559 mil novos benefícios pagos e aumento de 13,4% no valor médio em decorrência dos reajustes concedidos a partir de abril de 2001.

Tesouro Nacional

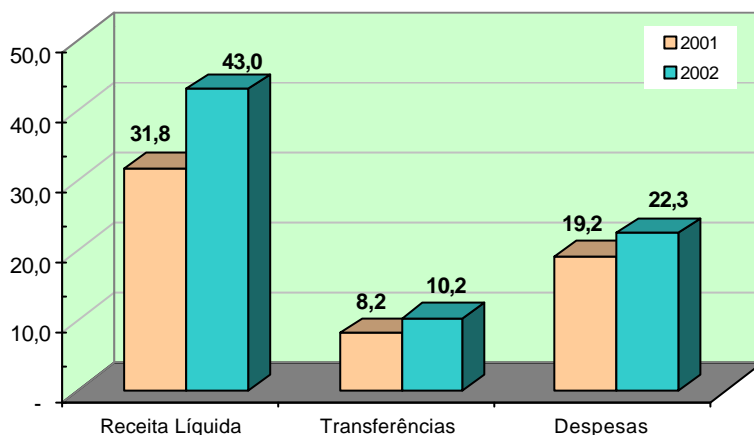
Em janeiro, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 10,4 bilhões.

O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 10,4 bilhões no primeiro bimestre do ano, R\$ 6,0 bilhões acima do superávit obtido em janeiro e fevereiro do ano passado. As receitas do Tesouro passaram de R\$ 31,8 bilhões para R\$ 43,0 bilhões, refletindo o comportamento atípico da arrecadação dos tributos administrados pela Receita Federal. Dentre os principais, tiveram aumento significativo o IRPJ (166,0%) e a CSLL (48,3%), em função dos fatores mencionados anteriormente. Adicionalmente, a receita da CPMF aumentou 52,7% devido, em grande medida, à mudança na alíquota ocorrida apenas a partir de março de 2001.

O valor das transferências a estados e municípios, em especial das transferências constitucionais, acompanhou o comportamento das receitas partilhadas, passando de R\$ 8,2 bilhões nos dois primeiros meses de 2001, para R\$ 10,2 bilhões em igual período deste ano. As despesas do Tesouro somaram

R\$ 22,3 bilhões nesse período, R\$ 3,1 bilhões acima da despesa do primeiro bimestre do ano passado. O aumento na folha de pagamento do funcionalismo público e nas despesas com a saúde explicam a maior parte desse aumento, pelos motivos já apresentados.

Resultado do Tesouro Nacional
Brasil, Jan-Fev (R\$ bilhões)



A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 19,2 bilhões em fevereiro. A redução de R\$ 5,3 bilhões, em relação ao mês anterior, é explicada pelos seguintes fatores: i) arrecadação extra, no mês de janeiro, de R\$ 1,1 bilhão proporcionada pela tributação de lucro da Petrobras decorrente da permuta de títulos públicos; ii) ocorrência de quatro semanas de fatos geradores contra cinco em janeiro, com reflexos na arrecadação de tributos com apuração semanal, tais como o IRRF (35,4%), o IOF (15,3%) e a CPMF (26,9%); iii) recolhimento em janeiro da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referentes ao resultado apurado no último trimestre de 2001; iv) recolhimento do IRRF-Rendimentos de Capital referente à tributação dos juros remuneratórios do capital próprio, no valor de R\$ 840,0 milhões em janeiro contra R\$ 35,0 milhões em fevereiro; v) pagamento em cota única do estoque de débitos por diversos fundos de pensão no mês de janeiro, em conformidade com a MP nº 2.222/2001, o que não se repetiu em fevereiro.

Por outro lado, a arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustíveis) perfez R\$ 1,3 bilhão, contra R\$ 60,9 milhões no mês anterior. Vale mencionar que, desse montante arrecadado em fevereiro, cerca de R\$ 600,0 milhões referem-se à Cofins e ao PIS, ainda não classificados nessas contribuições.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receitas do Tesouro (*)	17,4%	21,5%
Transferências	4,5%	5,1%
Despesas do Tesouro	10,5%	11,2%
Resultado Primário	2,4%	5,2%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em fevereiro, as receitas do Tesouro atingiram o montante de R\$ 19,2 bilhões.

A queda da arrecadação no mês decorreu do bom desempenho das receitas observado em janeiro, o qual foi favorecido por fatores sazonais e receitas atípicas.

As demais receitas do Tesouro Nacional permaneceram estáveis, totalizando R\$ 2,5 bilhões em fevereiro. Por um lado, houve queda de arrecadação com: i) outorga de serviços (R\$ 150,5 milhões), explicada pela arrecadação em janeiro de receita da Agência Nacional do Petróleo pela ocupação e retenção de área; ii) salário-educação (R\$ 103,6 milhões), devido à arrecadação mais elevada em janeiro por razões sazonais; e iii) *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo (R\$ 336,1 milhões), em virtude do recolhimento em janeiro do repasse trimestral desta última.

Por outro lado, essa redução foi contrabalançada pela arrecadação atípica de receitas referentes a depósitos judiciais, no valor de R\$ 434,8 milhões, e dividendos da Petrobras relativo a parcela do montante devido dos exercícios de 1998 a 2000.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou o equivalente a 21,8% do PIB, superando em 4,2 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2001. Impostos e contribuições sociais apresentaram, em conjunto, elevação equivalente a 3,2 pontos percentuais do PIB e as demais receitas 0,9 ponto percentual.

Em relação ao primeiro bimestre de 2001, a receita bruta deste ano cresceu R\$ 11,1 bilhões. Tal acréscimo está associado, principalmente, aos seguintes fatores: i) arrecadação atípica em 2002 decorrente dos pagamentos pelos fundos de pensão referentes a débitos em atraso, no montante de R\$ 3,2 bilhões, em conformidade com a MP nº 2.222/2001; ii) arrecadação extra no valor de R\$ 1,1 bilhão proporcionada pela tributação de lucro da Petrobras decorrente da permuta de títulos públicos; iii) antecipação nesse ano do IRPJ e CSLL referente à Declaração de Ajuste/2001, especialmente pelo setor financeiro; iv) depreciação de 21,3% da taxa de câmbio, com impacto positivo sobre a arrecadação do IRRF-Remessas ao Exterior; e v) aumento da alíquota da CPMF, de 0,30% para 0,38%, a partir de 19/03/2001, determinado pela Emenda Constitucional nº 31/2000.

No mesmo período de comparação, apresentaram redução o Imposto de Importação (R\$ 247,5 milhões), devido pela queda no valor em dólar das importações tributadas (19,9%) e da alíquota média (15,2%); e o IPI (R\$ 143,7 milhões), em virtude da alteração na forma de ressarcimento do PIS/Cofins, como crédito presumido do IPI, incidente sobre insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação, em conformidade com a MP nº 2.202/2001.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Impostos	8,2%	10,4%
Imposto de Renda	5,5%	8,1%
IPI	1,7%	1,5%
Outros	1,0%	0,9%
Contribuições Sociais	8,0%	9,0%
Cofins	4,1%	3,7%
CPMF	1,2%	1,6%
CSLL	0,9%	1,3%
Cide	-	1,6%
Outras	1,8%	0,8%
Demais	1,5%	2,4%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,1%	0,1%
Concessões	0,1%	0,7%
Outras	1,3%	1,6%
Total Bruto	17,7%	21,8%

As demais receitas do Tesouro superaram em R\$ 2,1 bilhões (74,5%) os recolhimentos do primeiro bimestre de 2001. Esse crescimento foi determinado principalmente pelo acréscimo das receitas de concessão (R\$ 1,2 bilhão), em virtude do pagamento antecipado pela concessão dos serviços de telecomunicação (Bandas D e E). Além disso, vale destacar a arrecadação atípica em 2002 de receita referente a depósito judicial, no valor de R\$ 434,8 milhões, e o crescimento da contribuição para a pensão dos servidores militares (R\$ 203,5 milhões), associado à reestruturação daquela carreira.

As transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB quando comparadas ao primeiro bimestre de 2001. Em termos nominais, verificou-se aumento de 25,3%, correspondente a um acréscimo da ordem de R\$ 2,1 bilhões no montante transferido àqueles entes da Federação.

Destaca-se a evolução das transferências constitucionais que superaram em R\$ 2,0 bilhões as realizadas no 1º bimestre de 2001 (30,9%). Tal desempenho acompanha o crescimento das receitas tributárias partilhadas (IR e IPI).

No que se refere aos repasses, em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996, estes mantiveram-se em 0,3% do PIB, mesmo nível que registrado em 2001. Tais transferências totalizaram R\$ 658,8 milhões no primeiro bimestre de 2002, contra R\$ 597,4 milhões em 2001. Vale mencionar que essas foram redefinidas pela Lei Complementar nº 102/2000, a qual estabeleceu para 2001 e 2002 repasses no valor de R\$ 3,1 bilhões, corrigidos anualmente pelo IGP-DI.

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 2,5 bilhões, (20,5%) em relação ao mês anterior. A maior queda correspondeu à rubrica “pessoal e encargos sociais”, que passou de R\$ 7,4 bilhões para R\$ 5,5 bilhões no mês em análise. As despesas com custeio e capital ficaram R\$ 595,5 milhões abaixo da verificada em janeiro. Tal redução foi concentrada na rubrica “outras despesas de custeio e capital” (R\$ 923,8 milhões), uma vez que, em janeiro, os gastos com restos a pagar são tradicionalmente mais elevados.

A redução na despesa com pessoal e encargos sociais reflete a concentração em janeiro da maior parte do pagamento relativo a férias e adiantamento de 13º salário do funcionalismo. Essa redução aconteceu a despeito do efeito no caixa do Tesouro Nacional, em fevereiro, da revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001; e da extensão de 3,17% aos servidores públicos incluídos

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Demais	2.799,4	4.885,1
Dividendos da União	256,7	218,4
Concessões	140,5	1.377,3
Outras	2.402,2	3.289,3

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,52%	4,23%
Desoneração do ICMS	0,33%	0,33%
Demais	0,62%	0,57%
Total	4,47%	5,13%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas com pessoal e encargos sociais reduziram-se de R\$ 7,4 bilhões para R\$ 5,5 bilhões no mês em análise em decorrência da sazonalidade dos gastos com férias e adiantamento de décimo terceiro salário do funcionalismo.

no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a MP nº 2.225, de 04/09/2001. Convém destacar, ademais, que em janeiro foi paga a sexta parcela relativa à extensão da vantagem de 28,86% aos servidores do Poder Executivo, bem como a segunda parcela do passivo do adicional de tempo de serviço (anuênios) devida aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU).

Relativamente ao mês anterior, as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) cresceram 87,1%, em decorrência do aumento nas liberações de recursos às instituições financeiras para pagamento do seguro-desemprego. Em janeiro, foram gastos com aquele benefício o montante de R\$ 207,3 milhões, contra R\$ 584,0 milhões no mês em análise. Cabe mencionar que, em fevereiro, foi liberado o montante de R\$ 101,4 milhões correspondente ao pagamento que deveria ter sido realizado em janeiro.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações totalizaram R\$ 82,7 milhões no mês, apresentando acréscimo de R\$ 71,1 milhões, em relação a janeiro. Tal variação poder ser explicada, basicamente, pelo crescimento nas despesas com equalizações de taxas de juros no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), em função da equalização de custeio referente a janeiro, mas pago em fevereiro. Os subsídios no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) atingiram R\$ 10,4 milhões, sendo que R\$ 7,3 milhões foram emissões de NTN-I para pagamento de compromissos inscritos em restos a pagar.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

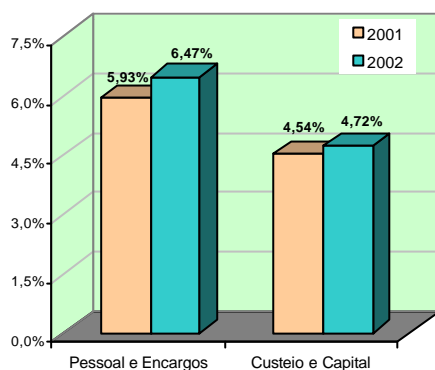
As despesas do Tesouro atingiram 11,2% do PIB, registrando acréscimo de 0,7 ponto percentual do PIB, quando comparadas ao mesmo período de 2001. Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram o equivalente a 6,5% do PIB, apresentando acréscimo de 0,5 ponto percentual. Por sua vez, as despesas de custeio e capital aumentaram 0,2 ponto percentual, em relação a 2001, atingindo 4,7% do PIB.

Em termos nominais, o crescimento de R\$ 2,0 bilhões na despesa com pessoal e encargos, comparativamente à igual período do ano anterior, pode ser explicado pelos seguintes fatores: i) revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001; ii) realinhamento e a reestruturação de algumas carreiras do funcionalismo público ocorridos ao longo do ano passado; iii) pagamento da segunda parcela referente ao passivo do adicional de tempo de serviço (anuênios) devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU); iv) extensão de 3,17% aos servidores públicos incluídos no Plano de

DESpesas DO TESOURO NACIONAL Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Pessoal e Encargos	5,95%	6,46%
Custeio e Capital	4,55%	4,71%
Despesas do FAT	0,41%	0,48%
Subsídios e Subvenções	0,29%	0,16%
Outras	3,85%	4,07%

Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a MP nº 2.225, de 04/09/2001; v) pagamento integral do passivo de 28,86% para servidores públicos aposentados por invalidez e portadores de doenças graves, a partir de novembro de 2001, conforme estabelecido pelas Portarias do Ministério do Planejamento nº 179, de 30/08/2001, e nº 256, de 07/11/2001.

Despesas do Tesouro Nacional
(Jan-Fev, em % do PIB)



No ano, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 11,2% do PIB, 0,7 pontos percentuais acima do realizado em janeiro e fevereiro do ano anterior.

Como proporção do PIB, as outras despesas de custeio e capital atingiram o equivalente a 4,1%, apresentando acréscimo de 0,2 ponto percentual, quando comparadas a 2001. Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 473,9 milhões, justificado, principalmente, pelo aumento nas liberações para custeio na área de saúde, em atendimento à Emenda Constitucional nº 29/2000. Os gastos com custeio do Ministério da Saúde foram de R\$ 3,6 bilhões, contra R\$ 3,3 bilhões em igual período do ano anterior.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações atingiram, até fevereiro, o montante de R\$ 94,4 milhões, contra R\$ 336,2 milhões em idêntico período de 2001. Tal fato pode ser explicado, principalmente, pela queda nas despesas com subsídios às exportações no âmbito do Proex. No primeiro bimestre de 2002, as emissões de títulos (NTN-I) para equalização de taxas de juros perfizeram o montante de R\$ 31,5 milhões exclusivamente para atendimento de despesas de restos a pagar do exercício anterior, ao passo que em 2001 as emissões totalizaram R\$ 159,3 milhões, sendo R\$ 10,6 milhões de restos a pagar do exercício de 2000.

No que se refere aos subsídios à agricultura, a queda pode ser explicada pelo recebimento líquido de R\$ 34,6 milhões nas operações do AGF, influenciadas pelas receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas, principalmente, milho em grãos e arroz. No âmbito do Pronaf, a redução de R\$ 61,6 milhões pode ser explicada pelo pagamento antecipado em dezembro de despesas que seriam pagas em janeiro de 2002.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Agricultura	167,2	59,7
Custeio Agropecuário	31,1	24,0
Investimento Rural	21,0	2,1
Preços Agrícolas	27,7	7,7
- EGF	0,5	0,1
- AGF	9,2	-34,6
- Sustentação de preços	18,0	42,2
Pronaf	87,5	25,8
PESA	0,0	0,0
Securitização (Lei 9.138)	0,0	0,0
Exportação	169,0	34,7
Proex	169,0	34,7
Total	336,2	94,4

Previdência Social

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 1,1 bilhão, 4,3% superior ao verificado em janeiro. A tabela abaixo apresenta a evolução do resultado primário do RGPS no primeiro bimestre deste ano.

Em fevereiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,1 bilhão, contra R\$ 1,0 bilhão em janeiro.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2001-2002				
DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Jan-Fev	
	2002	2002	2001	2002
Arrecadação Líquida	5.131,2	5.183,8	9.399,3	10.315,0
Arrecadação Bruta	5.806,5	5.545,0	10.399,8	11.351,5
- Contribuição Previdenciária	5.390,5	5.225,9	9.714,1	10.616,4
- Simples	268,8	185,4	395,4	454,2
- CDP	0,0	0,0	15,2	0,0
- CFT	40,6	26,9	48,5	67,5
- Depósitos Judiciais	52,6	62,5	120,9	115,1
- Refis	36,5	35,1	79,0	71,6
- Outras Receitas	17,4	9,3	26,7	26,7
(-) Restituição/Devolução	-25,1	-12,8	-37,0	-37,9
(-) Transferências a Terceiros	-650,1	-348,5	-963,6	-998,6
Benefícios Previdenciários	6.157,9	6.254,7	10.561,8	12.412,6
Resultado Primário	-1.026,7	-1.070,9	-1.162,6	-2.097,6
Resultado Primário/PIB			-0,63%	-1,05%

A arrecadação líquida praticamente permaneceu no mesmo nível de janeiro, atingindo o montante de R\$ 5,2 bilhões. As transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros) diminuíram 46,4% pelo fato de em janeiro terem sido repassadas a estes órgãos as contribuições sobre o 13º salário. As despesas com benefícios, quando comparada ao mês anterior, aumentaram 1,6%, atingindo R\$ 6,3 bilhões.

As receitas provenientes de medidas de recuperação de crédito como o Refis, resgates de CDP, e o repasse do FIES tiveram menor realização no mês de fevereiro. No conjunto, tais receitas passaram de R\$ 77,1 milhões no mês de janeiro para R\$ 62,0 em fevereiro. Observa-se apenas aumento na arrecadação dos depósitos judiciais de R\$ 9,9 milhões (18,8%).

No primeiro bimestre deste ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 10,3 bilhões contra R\$ 9,4 bilhões no primeiro bimestre de 2001. Em percentual do PIB, a arrecadação em 2002 corresponde à 5,2 pontos percentuais, permanecendo praticamente constante quando comparado à igual período de 2001.

As despesas com benefícios atingiram R\$ 12,4 bilhões, ao passo que no primeiro bimestre de 2001 totalizaram R\$ 10,6 bilhões. Em termos percentuais do PIB, apresentaram crescimento de 0,5 ponto percentual quando comparado à igual período de 2001. O comportamento das despesas com benefícios previdenciários no período pode ser explicado pelo aumento de 13,4% do valor

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Fev (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	5,13%	5,17%
Benefícios	5,77%	6,22%
Resultado Primário	-0,63%	-1,05%

médio dos benefícios pagos, como reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso ocorridos em 2001, como também pelo incremento de 559 mil na quantidade média de benefícios em 2002.

Destaca-se que todas as espécies de benefícios, com exceção do salário maternidade, apresentaram incremento na quantidade média no primeiro bimestre deste ano quando comparados à igual período em 2001, a saber: i) as aposentadorias passaram de 11,2 milhões para 11,4 milhões, representando crescimento de 2,0%; ii) a pensão por morte, que passou de 5,1 milhões para 5,2 milhões, aumento de 2,8%; iii) o auxílio – doença, que passou de 479,2 mil para 559,8 mil, registrando crescimento de 25,2%; iv) o salário – maternidade, que diminuiu de 121,3 mil para 112,2 mil, representando queda de 7,5%; v) os benefícios acidentários, que passaram de 668,5 mil para 688,3 mil, aumento de 3,0%; e vi) os benefícios assistenciais, os quais passaram de 2,0 milhões para 2,1 milhões, representando um crescimento de 3,1% .

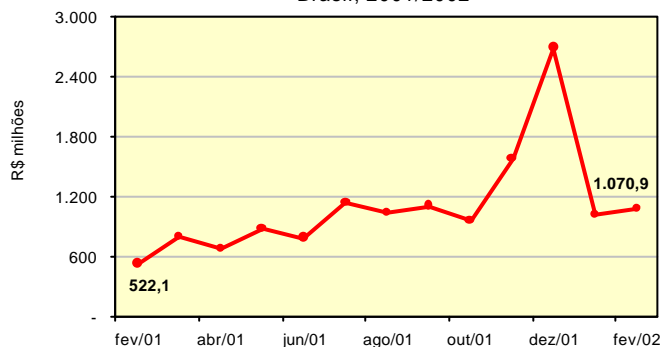
Em termos acumulados, o RGPS registrou déficit de R\$ 2,1 bilhões, equivalente a 1,0% do PIB, superior ao obtido em igual período de 2001, quando atingiu R\$ 1,2 bilhão, ou 0,6% do PIB.

Benefícios Emitidos	Jan/2001- fev/2001	Jan/2002- fev/2002	%
Quantidade*	19,6	20,2	2,9%
Valor Médio**	274,8	311,6	13,4%

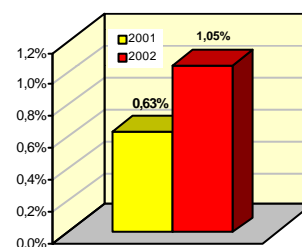
(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

Déficit da Previdência Social

Brasil, 2001/2002



Déficit da Previdência Social Jan - Fev (% PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em fevereiro, o saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional foi de 25,0% do PIB, totalizando R\$ 301,3 bilhões.

Em fevereiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 301,3 bilhões, o que equivale a 25,0% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2 a seguir apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos três meses.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

	(R\$ milhões)		
	2001	2002	
	Dez	Jan	Fev
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	120.575	120.645	133.233
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	507.532	514.240	524.552
Dívida Contratual da STN	-299.488	-303.855	-300.640
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-87.469	-89.740	-90.678
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	164.631	173.221	168.041
Dívida Mobiliária em Poder do Público	124.483	131.535	127.673
Títulos Depositados em Garantia	-3.769	-3.992	-3.918
Dívida Contratual	44.901	46.641	45.260
Disponibilidades	-984	-963	-975
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	285.206	293.866	301.274
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,0%	24,6%	25,0%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

As emissões líquidas da DPMFi, aliadas ao efeito da apreciação cambial sobre os haveres contratuais da STN, contribuíram para o aumento da dívida líquida no mês.

Em relação ao mês anterior, a dívida líquida aumentou em 0,4 ponto percentual do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, o crescimento de R\$ 14,8 bilhões da dívida interna em decorrência das emissões líquidas ocorridas no mês (R\$ 1,4 bilhão), da emissão de títulos securitizados para a dívida agrícola (R\$ 4,1 bilhões) e da apropriação de juros (R\$ 9,3 bilhões). O crescimento da dívida interna foi parcialmente contrabalançado pela redução no saldo da dívida externa (R\$ 5,2 bilhões), devido aos efeitos da apreciação da moeda nacional frente ao dólar (2,90%).

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida cresceu 1,0 ponto percentual do PIB em relação a janeiro. Tal comportamento reflete o acréscimo de R\$ 10,3 bilhões no estoque da dívida mobiliária em poder do público, além da redução de R\$ 2,3 bilhões no saldo dos haveres contratuais do Tesouro. Em relação aos haveres, merece destaque o fato de que os tributos federais na rede bancária, não transferidos à conta única do Tesouro Nacional, apresentaram ao final de fevereiro saldo inferior ao observado no mês anterior (R\$ 5,5 bilhões contra R\$ 7,7 bilhões em janeiro), devido ao pagamento em cota única, nos últimos dias de janeiro, de impostos dos fundos de pensão. Além disso, o saldo dos haveres foi afetado pela apreciação cambial ocorrida no mês.

Com relação à dívida mobiliária interna, o aumento do saldo está relacionado às emissões líquidas de R\$ 1,4 bilhão e à apropriação de juros em R\$ 9,3 bilhões.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

(R\$ milhões)

	2001		2002
	Dez	Jan	Fev
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	120.575	120.645	133.233
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	507.532	514.240	524.552
LFT	275.243	279.676	277.993
LTN	48.807	48.040	49.211
NTN-C	26.782	26.836	30.747
NTN-D	39.204	40.710	47.277
Demais	95.906	97.231	93.326
Dívida Securitizada	19.314	19.522	23.752
TDA	2.276	2.225	2.244
DÍVIDA CONTRATUAL	-386.957	-393.595	-391.319
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-299.488</i>	<i>-303.855</i>	<i>-300.640</i>
Dívida Bancária	25.355	25.364	25.367
Lei nº 7.976/89	-10.316	-10.684	-10.425
Lei nº 8.727/93	-46.430	-45.312	-45.331
Lei nº 9.496/97	-154.222	-154.769	-155.046
Renegociação Dívida Municipais	-20.279	-20.375	-20.426
Demais Haveres da STN	-93.595	-98.078	-94.779
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-87.469</i>	<i>-89.740</i>	<i>-90.678</i>
FAT	-63.702	-65.643	-65.919
Demais Entidades	-23.766	-24.097	-24.760
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	42,7%	43,0%	43,5%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,6%	-32,9%	-32,5%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,2%	-25,4%	-25,0%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,1%	10,1%	11,1%

Em fevereiro, o saldo da dívida interna líquida foi equivalente a 11,1% do PIB.

Em fevereiro, conforme apresentado na tabela 4, houve emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 1,4 bilhão, tendo as emissões correspondido a R\$ 21,0 bilhões e os resgates a R\$ 19,6 bilhões.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, destacam-se: R\$ 8,2 bilhões em LTN com vencimentos em 09/2002, 11/2002 e 04/2003, R\$ 4,8 bilhões em NTN-D com vencimentos em 09/2002, 04/2003, 03/2004 e 07/2008 e R\$ 3,3 bilhões em NTN-C com vencimentos em 07/2005 e 03/2011.

Cumprir mencionar que os custos médios de emissão das LTN de 6 meses apresentaram nova redução no mês de fevereiro (19,55% a.a. contra 19,84% a.a. no mês anterior), tendo acompanhado o movimento descendente das taxas de juros no mercado a termo, conforme gráfico ao lado.

Do total emitido em oferta pública, R\$ 7,1 bilhões corresponderam à venda direta de títulos por meio da internet – Tesouro Direto. Desde o dia de sua implementação (07/01) até o dia 28/02 (data da liquidação financeira), foram

Emissões e Resgates

O Tesouro Nacional realizou, em fevereiro, emissão líquida de R\$ 1,4 bilhão.



Boxe 1 – Emissão de NTN-C

Foi realizado nos dias 30 e 31 de janeiro, com liquidação financeira em 01 de fevereiro, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimento em 2005 e 2011. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 3,2 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão relativos aos títulos com vencimento em 2005 e R\$ 1,7 bilhão àqueles vencendo em 2011.

Do valor arrecadado, a maior parte, 97,67%, correspondeu à troca de títulos. Pela troca dos títulos de 2005, foram aceitos CFT-C e para os títulos de 2011, além destes últimos, foram recebidos títulos da dívida securitizada. As taxas obtidas foram de 10,50% a.a. para ambos os títulos.

vendidos R\$ 11,6 milhões. Vale destacar o aumento do montante emitido, observado no mês de fevereiro, o qual alcançou R\$ 7,7 milhões (contra R\$ 3,9 milhões em janeiro), sendo 80,62% em títulos prefixados (LTN), 15,62% em títulos remunerados por índices de preços (NTN-C) e 3,76% em títulos pós-fixados (LFT).

TABELA 4
EMISSIONES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, Fev/2002

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	16.880	4.115	20.995
LFT	693	0	693
LTN	8.243	0	8.243
NTN-C	3.175	1	3.176
NTN-D	4.762	0	4.762
TDA	0	2	2
Securitizada**	0	4.109	4.109
Demais	7	3	10
II. Resgates***	15.648	3.915	19.563
LFT	5.855	0	5.855
LTN	9.500	0	9.500
NTN-C	0	0	0
NTN-D	293	0	293
TDA	0	35	35
Securitizada**	0	73	73
Demais	0	3.807	3.807
III. Valor líquido (I-II)	1.232	200	1.432

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Em fevereiro, as emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 4,1 bilhões.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 4,1 bilhões, tendo sido mais representativas as seguintes: i) R\$ 4,05 bilhões em títulos da Dívida Agrícola em cumprimento ao Contrato de Equalização de Encargos Financeiros e de Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural nos termos do disposto na Lei nº 9.138, de 29/11/1995; e ii) R\$ 54,3 milhões relativos a securitizações do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS).

Os resgates de títulos emitidos por meio de emissão direta totalizaram R\$ 3,9 bilhões, tendo sido a maior parte referente ao cancelamento de CFT-C (R\$ 3,1 bilhões), aceitos como moeda de troca no leilão de NTN-C.

Composição

A operação de troca de CFT-C por NTN-C, o resgate líquido de LFT, assim como a emissão líquida de NTN-D, foram os principais fatores de alteração da composição da DPMFi em fevereiro. A participação dos títulos prefixados

aumentou ligeiramente, enquanto que os cambiais e os remunerados por índices de preços aumentaram em 1,04 e 0,52 ponto percentual, respectivamente. Por outro lado, a participação dos títulos remunerados à taxa Selic reduziu-se em 1,66 ponto percentual.

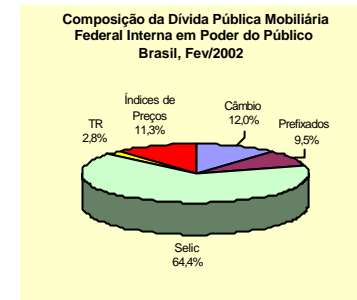
Houve queda na participação dos títulos remunerados pela Selic, de 66,08% em janeiro para 64,42% em fevereiro.

**TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2001/2002**

Indexador	2001			2002		
	Dez		Jan	Fev		Fev
	2001			2002		
Selic	66,06	66,08	64,42			
Câmbio	10,65	10,95	11,99			
Prefixados	9,68	9,41	9,52			
Índices de Preços	9,31	10,78	11,30			
TR	4,29	2,77	2,76			
Outros	0,01	0,01	0,01			

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



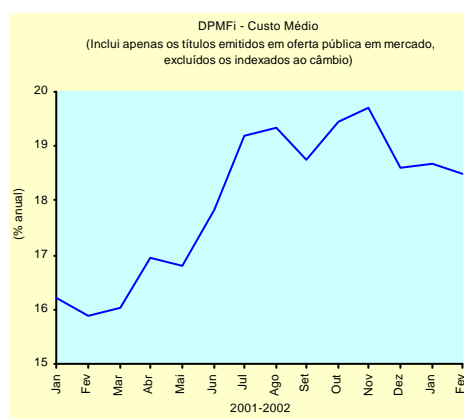
Em função, basicamente, da apreciação cambial ocorrida no mês (2,90%), o custo médio da DPMFi em poder do público foi reduzido consideravelmente, passando de 24,31% a.a. em janeiro para 13,09% a.a. em fevereiro. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio apresentou ligeira elevação. Entretanto, é importante observar que o custo médio dos títulos emitidos em oferta pública em mercado caiu de 18,66% a.a. em janeiro para 18,48% a.a. em fevereiro.

Custo Médio

**TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

Período	(% anual)			
	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2001				
Jan	15,51	15,84	16,20	16,67
Fev	15,11	19,50	15,87	19,35
Mar	15,28	20,54	16,04	19,70
Abr	16,28	16,71	16,94	17,40
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10
Nov	19,12	10,99	19,70	12,55
Dez	17,83	8,73	18,62	10,07
2002				
Jan	17,87	24,31	18,66	26,32
Fev	17,93	13,09	18,48	13,28

Pub - Títulos emitidos em oferta pública em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



**TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

Titulo	Em % anual		
	2001 Fev	2002 Jan	2002 Fev
LTN	17,44	18,96	19,06
LFT	15,20	19,05	18,97
NTN-C	16,88	15,08	13,84
NTN-D	95,49	79,01	-24,36
TDA	6,39	8,74	7,36
Dívida Securitizada *	11,95	9,29	8,36
Demais	22,69	23,92	8,95
Total	19,50	24,31	13,09

* Não inclui dívida agrícola.

Em fevereiro, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou ligeira redução, tendo atingido 40,34 meses, contra 40,70 meses em janeiro.

Prazo Médio

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001-2002 (meses)

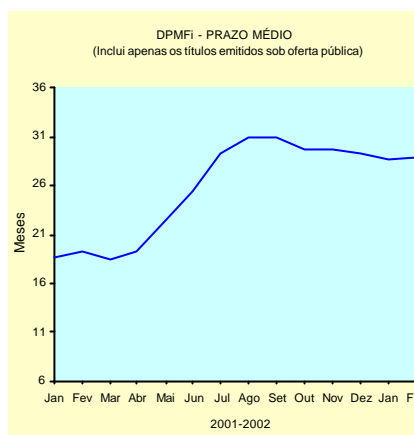
Título	2001		2002	
	Dez	Jan	Jan	Fev
LTN	3,45	4,16	4,82	
LFT	36,80	35,93	35,66	
NTN-C	72,27	73,17	70,73	
NTN-D	19,94	20,17	18,86	
TDA	51,97	50,58	51,42	
Dívida Securitizada*	75,13	74,11	63,55	
Demais	85,56	101,82	108,07	
Total	39,84	40,70	40,34	

(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001-2002 (meses)

Período	Total	Of. Pub. (1)
2001		
Jan	34,56	18,54
Fev	34,90	19,19
Mar	34,12	18,43
Abr	35,24	19,28
Mai	37,99	22,52
Jun	40,23	25,39
Jul	41,13	29,20
Ago	42,05	30,93
Set	39,84	30,92
Out	40,69	29,81
Nov	40,13	29,64
Dez	39,84	29,40
2002		
Jan	40,70	28,80
Fev	40,34	28,85

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



As principais movimentações observadas no mês foram de queda no prazo médio das NTN-C, NTN-D e dívida securitizada, explicada pela emissão de títulos com prazos inferiores aos seus respectivos prazos médios de estoque. No caso da dívida securitizada, a redução foi influenciada principalmente pela emissão de dívida agrícola (prazo médio de 18,15 meses). Já o aumento no prazo médio dos demais títulos decorreu do cancelamento de CFT-C, mais curtos que as NTN-C emitidas em troca.

Dívida Externa Líquida

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), de responsabilidade do Tesouro Nacional, apresentou no mês de fevereiro uma diminuição de 2,97% (R\$ 5,2 bilhões). Tal redução deveu-se, principalmente, à apreciação cambial ocorrida no mês, uma vez que o estoque na moeda norte-americana permaneceu praticamente constante.

No mês de fevereiro, o estoque da DPFe apresentou redução de 2,97%, em moeda nacional.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002 (R\$ milhões)

	2001		2002	
	Fev	Jan	Jan	Fev
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	113.217,2	131.535,1	127.672,9	
Bônus de Renegociação	52.374,7	46.744,8	45.389,8	
Bônus de Captação	60.842,5	84.790,2	82.283,0	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	39.811,3	46.640,9	45.260,1	
Organismos Multilaterais	18.521,1	24.328,5	23.588,1	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.993,4	8.223,6	7.975,2	
Clube de Paris	14.296,8	14.088,8	13.696,7	
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.953,6	-3.991,7	-3.917,5	
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-926,9	-963,0	-974,7	
V. TOTAL (I+II+III+IV)	147.147,9	173.221,3	168.040,7	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	13,3%	14,5%	13,9%	

Em fevereiro, o montante pago relativo ao serviço da dívida externa foi de R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 1,2 bilhão referiu-se ao pagamento de juros e R\$ 104,6 milhões a principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,0 bilhão) referiu-se aos pagamentos da dívida mobiliária, R\$ 206,9 milhões a organismos multilaterais (BIRD e BID) e R\$ 73,7 milhões a bancos privados/agências governamentais, conforme demonstrado na tabela 10.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Fev/2002

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	104,5	1.200,5	1.305,0
I.1. Organismos Multilaterais	39,3	167,5	206,9
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	65,2	8,5	73,7
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	1.024,5	1.024,5
Euro 2010	0,0	172,9	172,9
Global 2040	0,0	696,4	696,4
EuroMarco 2007	0,0	87,3	87,3
Samurai 2003	0,0	67,7	67,7
Bônus (taxa ao BIS)	0,0	0,2	0,2

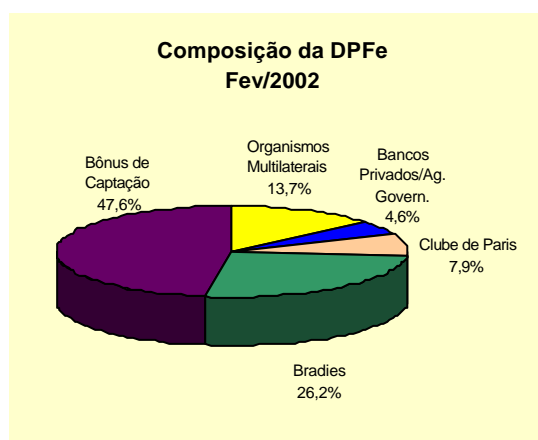
Boxe 2 – Rating Soberano

A agência de classificação de risco Moody's alterou a perspectiva da dívida em moeda estrangeira do governo brasileiro, assim como a dívida local, de estável para positiva no dia 27 de fevereiro. A alteração foi motivada por fatores tais como a consolidação da disciplina fiscal ao longo dos últimos anos, a adequação da política macroeconômica e a habilidade do País em lidar com fatores adversos oriundos do cenário externo, ou mesmo aqueles observados na conjuntura interna.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foi de R\$ 1,3 bilhão no mês .

A composição da DPFe permaneceu praticamente inalterada devido à ausência de ocorrências significativas no mês que modificassem o estoque dos títulos e contratos, mantendo maior representatividade a dívida mobiliária, com participações de 47,6% e 26,2%, para os bônus de captação e bônus da dívida renegociada (*Bradies*), respectivamente.

Composição



A composição da DPFe permaneceu inalterada em relação a janeiro.

Prazo e Custo Médios

Em função da não ocorrência de fatores significativos que alterassem o estoque da dívida mobiliária externa, os indicadores de prazo e custo médio permaneceram praticamente estáveis, tendo alcançado os valores de 6,64 anos e 8,41% a.a., respectivamente.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,41% a.a. e prazo médio de 6,64 anos.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA BRASIL, 2001/2002

Título	2001		2002	
	Fev	Jan	Jan	Fev
Prazo Médio (anos)	7,13	6,65	6,65	6,64
Bônus de Renegociação	6,96	6,40	6,40	6,32
Bônus de Captação	7,27	6,79	6,79	6,81
Globais	8,73	8,25	8,25	8,27
Euros	4,18	3,85	3,85	3,83
Demais	3,11	2,68	2,68	2,64
Custo Médio (% a.a.) *	9,13	8,41	8,41	8,41
Bônus de Renegociação	7,53	5,19	5,19	5,19
Bônus de Captação	10,50	10,19	10,19	10,19
Globais	11,24	11,11	11,11	11,11
Euros	9,86	9,94	9,94	9,94
Demais	6,02	5,07	5,07	5,07

* Custo Médio em dólares.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Fev/2001	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2002
I. RECEITA TOTAL	18.478,0	21.645,2	24.671,8	23.407,9	20.937,7	21.973,1	22.579,2	21.205,8	23.496,3	22.309,3	28.832,7	29.294,7	23.993,9
I.1. Receitas do Tesouro	13.698,3	16.997,8	19.889,4	18.489,5	15.895,3	16.989,3	17.527,0	16.294,3	18.423,9	17.223,1	20.236,7	24.163,4	18.810,2
I.1.1. Receita Bruta	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.866,2	18.065,1	18.658,8	16.699,2	19.042,8	17.718,9	20.568,7	24.420,2	19.160,7
- Impostos	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6	8.436,4	8.192,8	7.673,3	8.903,3	7.686,5	9.522,6	12.109,0	8.627,4
- Contribuições	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3	7.881,4	7.922,3	7.510,6	8.349,9	8.105,9	8.423,6	9.882,4	8.077,0
- Demais	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.478,3	1.747,3	2.543,7	1.515,3	1.789,5	1.926,5	2.622,4	2.428,7	2.456,3
I.1.2. (-) Restituições	-285,8	-250,6	-126,8	-100,7	-971,0	-1.075,8	-1.131,8	-404,9	-618,8	-495,8	-320,4	-157,5	-350,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.779,7	4.647,4	4.782,3	4.918,4	5.042,4	4.983,8	5.052,2	4.911,5	5.072,3	5.086,2	8.595,9	5.131,2	5.183,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.820,3	3.319,4	3.632,5	4.305,2	3.606,1	3.538,5	3.668,3	3.858,7	3.561,5	4.136,9	4.219,6	4.808,1	5.436,9
II.1. Transferências Constitucionais	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4	2.680,9	2.817,3	3.028,6	2.903,5	3.009,6	3.622,0	3.913,7	4.533,4
II.2. Lei Complementar 87/96	298,7	298,7	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4
II.3. Demais	612,1	458,3	325,5	643,6	339,3	559,2	552,5	531,7	359,6	828,9	299,2	566,0	573,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	14.657,7	18.325,8	21.039,3	19.102,8	17.331,5	18.434,6	18.910,9	17.347,0	19.934,8	18.172,4	24.613,1	24.486,6	18.557,0
IV. DESPESA TOTAL	14.001,2	14.674,8	14.353,4	15.542,2	15.702,3	17.185,2	16.450,8	15.683,0	17.489,8	17.252,1	29.057,9	18.591,6	16.140,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.913,3	4.782,2	4.863,6	4.752,8	5.304,5	6.261,6	4.787,3	4.806,0	4.785,4	5.223,1	7.761,6	7.430,2	5.477,6
IV.1.1. INSS	243,0	242,9	236,3	235,2	284,7	351,4	253,9	238,4	223,8	277,5	355,7	397,2	278,4
IV.1.2. Demais	4.670,3	4.539,2	4.627,3	4.517,6	5.019,9	5.910,1	4.533,4	4.567,6	4.561,5	4.945,5	7.405,9	7.033,0	5.199,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.301,8	5.448,1	5.464,8	5.798,1	5.835,7	6.120,6	6.092,5	6.019,1	6.026,7	6.676,9	11.283,8	6.157,9	6.254,7
IV.3. Custeio e Capital	3.786,1	4.444,6	4.025,1	4.991,4	4.562,0	4.803,0	5.571,0	4.857,9	6.677,7	5.352,1	10.012,4	5.003,4	4.407,9
IV.3.1. Despesa do FAT	322,8	604,9	312,2	637,2	312,4	698,6	942,2	563,1	604,9	621,5	571,4	335,5	627,5
- Abono e Seguro Desemprego	269,8	473,3	178,9	583,7	280,9	650,8	760,8	483,4	540,7	556,6	475,3	311,4	584,0
- Demais Despesas do FAT	53,0	131,6	133,3	53,5	31,5	47,8	181,4	79,7	64,3	64,9	96,1	24,1	43,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	335,6	346,5	205,1	327,9	326,1	160,6	584,9	133,5	1.217,0	95,6	530,8	142,6	178,8
- Operações Oficiais de Crédito	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7
- Subvenções aos Fundos Regionais	100,1	75,5	86,3	49,8	223,7	73,2	50,8	68,4	28,5	90,1	-28,4	131,0	96,0
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.127,8	3.493,2	3.507,7	4.026,2	3.923,5	3.943,8	4.043,8	4.161,3	4.855,8	4.635,0	8.910,2	4.525,4	3.601,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	656,5	3.650,9	6.685,8	3.560,5	1.629,2	1.249,4	2.460,1	1.664,0	2.444,9	920,3	-4.444,8	5.895,0	2.416,8
V.1. Tesouro Nacional	1.178,6	4.451,6	7.368,3	4.440,2	2.422,5	2.386,1	3.500,4	2.771,7	3.399,3	2.511,0	-1.756,9	6.921,7	3.487,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7	-954,4	-1.590,7	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-73,5	-43,3	-76,5	-57,0	-35,2	-46,0	-50,8	-82,9	-54,9	-61,4	-79,8	-22,8	-53,2
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	583,0	3.607,6	6.609,4	3.503,5	1.594,0	1.203,4	2.409,3	1.581,1	2.390,0	858,9	-4.524,6	5.872,2	2.363,6
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	473,4	273,8	-108,5	508,2	-186,5	58,0	61,7	371,3	-499,1	-13,1	-1.404,5	1.188,7	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.056,4	3.881,5	6.500,8	4.011,7	1.407,6	1.261,4	2.471,0	1.952,4	1.890,9	845,8	-5.929,2	7.060,9	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-6.446,2	-8.201,4	-6.867,5	-10.895,3	-1.432,9	-12.233,9	-11.645,1	-9.396,1	-7.628,0	7.443,3	7.637,6	-12.537,4	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-5.389,8	-4.320,0	-366,6	-6.883,7	-25,3	-10.972,5	-9.174,1	-7.443,7	-5.737,2	8.289,1	1.708,4	-5.476,5	nd

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Fev/2001	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2002
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	21.656,8	19.627,8	22.348,2	23.341,8	21.405,3	21.564,5	23.878,2	21.714,8	22.714,8	24.046,0	30.554,8	22.990,8	27.971,3
I.1 - Recolhimento Bruto	15.789,3	13.617,3	15.887,0	17.122,6	14.968,6	15.146,8	17.008,5	15.370,8	15.688,9	17.579,5	20.292,6	15.534,1	19.670,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	658,3	752,3	1.279,6	705,2	805,2	704,8	718,6	746,8	1.315,6	683,3	753,6	633,2	879,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	116,5	268,8	106,2	225,1	162,9	312,2	666,5	180,0	268,2	292,1	378,9	144,4	647,0
I.5 - Receita do Salário Educação	109,6	119,5	124,7	109,9	114,5	124,4	125,4	115,5	117,5	119,5	124,4	213,6	114,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2	5.270,6	5.353,1	5.296,0	5.318,9	5.365,7	9.009,1	5.334,1	5.304,6
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,7	4,0	4,8	6,6	5,0	5,7	6,2	5,7	5,7	5,8	7,7	1.230,7	1.355,6
II. DESPESAS	19.941,5	17.749,9	23.462,4	23.966,7	25.052,7	26.428,4	21.769,6	21.200,7	24.622,3	22.602,8	33.639,9	25.653,7	25.834,0
II.1 - Liberações Vinculadas	4.563,1	3.879,5	4.403,7	4.951,3	4.445,2	4.137,4	4.483,9	4.459,4	4.367,6	4.023,2	5.665,8	5.869,1	6.158,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7	2.853,1	2.998,6	3.224,7	3.090,9	3.204,3	3.852,2	4.175,5	4.832,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	398,7	154,4	165,9	330,6	166,2	189,8	406,8	194,0	252,5	459,7	180,3	165,8	344,8
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4
II.1.4 - Outras Vinculações	768,3	699,2	736,7	740,9	822,9	796,0	780,1	742,3	725,7	60,7	1.334,9	1.199,5	651,0
II.2 - Liberações Ordinárias	15.378,4	13.870,4	19.058,8	19.015,5	20.607,4	22.291,0	17.285,6	16.741,3	20.254,8	18.579,6	27.974,1	19.784,5	19.675,7
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.741,6	4.845,5	4.871,9	5.179,9	6.518,2	4.720,2	4.781,7	4.677,4	4.144,8	5.256,1	7.908,2	7.067,8	5.290,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0	814,8	3.910,9	933,2	777,8	4.121,9	921,5	-723,0	1.626,4	1.242,1
i) Dívida Contratual Interna	60,7	27,6	128,5	120,6	186,6	2.764,5	15,8	97,5	543,5	1,5	-978,3	76,4	108,4
ii) Dívida Contratual Externa	983,0	410,8	3.516,9	246,3	628,1	1.146,4	917,3	680,3	3.578,4	920,0	255,3	1.550,0	1.133,7
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3	3.861,9	1.071,9	160,9	1.014,0	866,3	1.741,7	2.104,4	2.644,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1	6.061,7	5.997,4	6.451,4	6.382,3	6.411,7	10.611,8	6.377,3	6.494,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	2.429,1	3.310,1	3.305,0	3.754,3	3.507,6	3.518,3	3.869,6	4.437,0	4.280,3	4.861,3	7.509,1	2.440,6	3.736,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	347,5	376,6	197,2	393,6	202,4	218,0	631,9	236,8	311,4	262,7	926,4	168,1	269,1
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOUREO (I - II)	1.715,3	1.877,9	-1.114,2	-625,0	-3.647,3	-4.863,9	2.108,6	514,1	-1.907,5	1.443,2	-3.085,1	-2.662,9	2.137,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	8.861,0	6.158,4	12.014,2	21.441,7	26.751,4	18.988,0	14.969,2	14.663,9	24.725,1	13.656,5	10.112,3	16.520,1	14.133,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3	18.647,5	12.576,0	14.321,6	24.205,3	13.263,2	9.548,4	16.169,0	13.777,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1	340,5	2.393,2	342,3	519,8	393,3	563,9	351,1	355,6
V. DESPESAS	7.799,7	929,3	9.712,6	422,1	27.051,4	30.825,8	17.888,2	8.935,2	16.027,7	12.653,1	10.815,2	11.352,5	15.240,8
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8	28.295,3	17.103,0	9.219,4	11.053,8	10.892,4	9.004,0	11.180,8	15.006,6
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6	2.530,5	785,2	-284,2	4.973,9	1.760,7	1.811,2	171,7	234,2
V.2.1 - Dívida Interna	220,7	37,4	207,4	167,1	328,9	2.364,2	423,8	-621,2	1.433,5	6,6	296,2	71,5	120,0
V.2.2 - Dívida Externa	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6	166,3	361,4	337,1	3.540,5	1.754,1	1.515,1	100,1	114,2
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	624,5	5.355,1	1.844,1	20.888,0	-1.802,6	-9.647,8	-4.527,0	5.102,2	13.151,4	2.370,8	544,4	4.988,2	-1.229,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOUREO/BACEN	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-2.900,1	3.791,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	4.616,9	10.646,0	1.882,8	26.548,6	-1.137,9	-14.868,4	473,0	12.744,7	5.440,0	2.175,4	-4.428,9	-395,3	4.821,0

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Fev/2001	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2002
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	6.362,0	3.943,3	2.617,7	10.674,0	5.253,0	6.439,0	7.293,5	8.646,1	7.053,3	5.850,4	2.493,9	6.569,1	9.615,4
I.1. Emissão de Títulos	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2	4.599,4	5.202,8	5.423,2	6.151,0	5.851,9	3.375,4	4.861,4	7.619,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0	1.716,5	1.955,8	2.999,4	835,2	-4,4	-342,9	1.595,0	1.911,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	47,3	67,7	118,1	87,9	134,9	123,1	134,9	223,4	67,0	2,9	-538,6	112,7	83,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	1.137,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	4.521,7	404,4	1.922,3	4.519,9	2.443,6	4.605,6	6.010,2	2.144,1	8.403,1	6.121,6	3.134,8	9.469,2	5.823,8
II.1. Resgate de Títulos	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6	4.136,1	5.204,8	1.886,1	7.585,1	5.504,8	2.195,0	7.963,1	5.021,9
II.2. Encargos da DPMF	255,8	229,0	264,2	500,3	281,0	469,6	805,4	258,0	818,0	616,7	939,8	1.506,1	801,9
III. RESULTADO (I - II)	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-2.900,1	3.791,6

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Fev/2001	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2002
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	16,0	14,3	17,2	14,3	12,9	10,3	15,4	4,0	13,1	18,0	30,2	5,0	19,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	21,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	23,3	0,0	0,0	0,0	42,2	2,1	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	33,8	125,8	22,3	95,2	52,5	40,1	17,9	-14,2	16,5	-51,1	18,9	-20,4	28,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,5	0,3	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	33,6	115,2	16,6	88,9	46,2	32,6	10,6	-29,3	1,3	-51,3	-11,5	-40,4	5,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	10,5	5,4	6,3	6,0	7,0	7,0	15,0	15,0	0,0	30,2	20,0	22,2
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	51,3	19,7	21,5	21,7	25,1	33,1	69,4	25,0	19,1	19,0	155,5	0,6	25,2
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	113,5	111,2	57,8	124,7	5,3	2,4	408,2	50,4	46,3	19,5	296,8	24,3	10,4
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	22,4	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0
VII. TOTAL	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	95,1	5,5	559,2	11,6	82,7

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO (*)

R\$ milhões

	Fev/2001	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2002
I. DÍVIDA INTERNA	97.272,6	101.056,7	104.563,7	94.366,1	99.804,6	89.925,4	85.570,5	90.551,2	100.414,5	105.601,6	120.575,3	120.644,9	133.233,0
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	475.473,4	485.941,4	492.493,1	498.555,2
Dívida Bancária	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3	27.260,1	25.990,0	25.989,3	26.419,0	26.459,0	25.355,0	25.364,4	25.367,2
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	17.137,5	17.031,8	16.551,2	16.697,6	15.378,5	13.113,4	13.305,9	13.017,4	11.170,0	11.287,2	10.803,5	10.961,3	15.086,6
CVS	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2	4.927,3	6.054,4	6.041,3	6.053,7	6.107,6	8.471,7	8.520,8	8.625,5
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8	2.478,6	2.448,6	2.422,4	2.347,5	2.291,2	2.276,5	2.224,5	2.244,0
Certificados de Privatização	39,1	39,2	39,2	39,3	39,3	39,4	39,6	39,0	39,1	39,2	39,2	40,2	40,2
INSS	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8
Lei 7.976/89	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0
Bônus Renegociação	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3
Lei 8.727/93	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5
Lei 9.496/97	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8
Recebíveis das Estatais	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2	-30.143,0	-30.625,4	-30.746,4	-30.394,9	-27.030,5	-27.014,8
Outros	-16.943,4	-17.315,1	-17.357,8	-17.409,5	-17.462,1	-17.600,5	-19.935,2	-20.435,9	-20.611,9	-20.642,8	-20.633,9	-21.110,2	-21.058,2
Fat	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7
Demais Entidades	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.330,3	-22.140,5	-22.845,9	-23.030,1	-23.243,7	-23.379,6	-23.766,4	-24.097,2	-24.759,8
Créditos das Operações Oficiais	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8
Arrecadação a Recolher	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.227,8	-4.112,4	-2.684,1	-2.693,0	-4.725,0	-2.839,8	-767,0	-7.746,0	-5.493,8
II. DÍVIDA EXTERNA	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7
Dívida Mobiliária	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9
Títulos Depositados em Garantias	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5
Dívida Contratual	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1
Disponibilidades	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	244.420,6	254.474,3	263.092,5	268.115,7	264.649,5	263.732,8	273.983,9	287.587,5	297.967,3	286.430,0	285.206,5	293.866,1	301.273,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,1%	22,8%	23,3%	23,6%	23,2%	23,1%	23,9%	24,8%	25,5%	24,3%	24,0%	24,6%	25,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev/2001	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2002
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	52.374,7	50.674,6	50.355,9	54.396,4	46.781,6	48.602,1	51.008,9	53.314,3	53.067,8	49.570,6	45.487,3	46.744,8	45.389,8
Brazil Investment Bond (BIB)	823,4	836,8	845,7	913,6	892,3	941,2	987,8	992,7	1.006,0	939,7	862,3	898,7	872,7
Par Bond (PB)	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0	5.214,1	5.472,3	5.685,2	5.761,4	5.381,8	4.938,4	4.965,9	4.822,0
Discount Bond (DB)	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3	5.429,6	5.698,5	5.965,6	6.045,5	5.647,1	5.182,0	5.274,4	5.121,5
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8	1.506,1	1.580,7	1.654,8	1.676,9	1.566,4	1.437,4	1.468,1	1.425,5
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0	16.062,1	16.857,5	17.647,6	17.884,1	16.705,5	15.329,4	15.814,7	15.356,3
Debt Conversion Bond (DCB)	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7	9.285,4	9.745,2	10.201,4	10.338,1	9.656,8	8.861,4	9.175,4	8.909,4
New Money Bond (NMB)	3.669,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0	4.088,5	4.291,0	4.492,1	4.267,8	3.986,6	3.658,2	3.778,4	3.668,9
Eligible Interest (EI)	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6	5.958,4	6.075,1	6.376,0	6.674,8	6.087,8	5.686,7	5.218,2	5.369,2	5.213,5
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	60.842,5	67.587,2	70.880,9	79.285,8	77.338,1	82.102,6	91.487,0	95.685,6	96.518,6	86.409,5	78.995,6	84.790,2	82.283,0
Bônus Samurai	522,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7	1.823,5	1.913,8	2.003,5	2.030,3	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	965,1	976,3	990,6	1.021,0	1.088,2	1.189,1	1.242,8	1.245,8	1.245,8	1.137,7	1.052,9	1.064,8	1.033,9
Bônus Parallel Franco	287,8	291,1	295,4	304,4	298,7	324,5	354,6	370,6	371,4	339,2	313,9	327,2	317,7
Bônus Parallel Florim	342,6	346,6	351,7	362,5	355,6	386,3	422,1	441,2	442,3	403,9	373,8	389,5	378,3
Bônus Parallel Xelim	274,4	277,5	281,6	290,3	284,8	309,3	338,0	353,3	354,1	323,4	299,3	311,9	302,9
Bônus Global 2027	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2	8.509,6	8.931,0	9.349,6	9.474,9	8.850,5	8.121,4	8.464,1	8.218,7
Bônus Eurolira	731,1	739,6	750,4	773,5	758,9	824,2	900,8	941,4	943,7	861,8	797,6	831,2	807,1
Bônus Eurosterling 2007	443,6	463,5	469,8	502,7	490,0	520,7	557,6	591,3	591,9	537,1	506,1	513,0	499,5
Bônus Euro 2003	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1
Bônus Global 2008	723,8	732,2	743,0	765,8	751,3	816,1	891,8	932,1	934,3	853,3	789,7	823,0	799,1
Bônus Marco Alemão 2008	2.556,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1	3.039,1	3.189,6	3.339,1	3.383,9	3.160,9	2.900,5	3.022,9	2.935,3
Bônus Global 2004	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7	7.293,9	7.655,1	8.013,9	8.121,3	7.586,1	6.961,2	7.254,9	7.044,6
Bônus Euro 2002	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9	1.706,3	1.864,5	1.948,7	1.953,3	1.783,9	1.650,9	1.666,0	1.617,7
Bônus Euro 2004	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.165,3	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1
Bônus Global 2009	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8	4.862,6	5.103,4	5.342,6	5.414,2	5.057,4	4.640,8	4.836,6	4.696,4
Bônus Euro 2006	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5	1.493,0	1.631,4	1.705,1	1.709,2	1.560,9	1.444,5	1.457,7	1.415,5
Bônus Euro 2001	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2	1.279,7	1.398,4	1.461,5	1.465,0	-	-	-	-
Bônus Global 2020	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2
Bônus Euro 2010	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6
Bônus Global 2030	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8	3.890,1	4.082,7	4.274,1	4.331,4	4.045,9	3.712,6	3.869,3	3.757,1
Bônus Samurai 2003	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	1.254,7	1.303,3	1.303,3	1.254,7	1.164,6	1.254,7	1.164,6
Bônus Euro 2005	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6
Bônus Global 2007	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2
Bônus Global 2040	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1	12.539,0	13.159,9	13.776,7	13.961,4	13.041,3	11.967,0	12.471,9	12.110,4
Bônus Euro 2007	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6
Bônus Samurai 2006	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	1.254,7	1.303,3	1.303,3	1.254,7	1.164,6	1.254,7	1.164,6
Bônus Global 2006	3.067,8	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.827,6	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3
Bônus Euro 2011	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6	2.132,8	2.330,6	2.435,8	2.441,7	2.229,9	2.063,6	2.082,5	2.022,1
Bônus Global 2024	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5	5.227,3	5.486,2	5.743,3	5.820,3	5.436,7	4.988,9	5.199,3	5.048,6
Bônus Samurai 2007	-	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9	1.552,8	1.715,3	1.785,6	1.767,3	1.638,8	1.414,1	1.438,6	1.403,8
Bônus Global 2005	-	-	-	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2
Bônus Global 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.022,9	2.935,3
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5
III. DÍVIDA CONTRATUAL	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	13,3%	13,8%	14,1%	15,3%	14,5%	15,2%	16,4%	17,0%	16,9%	15,3%	13,9%	14,5%	13,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Fev/2001	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2002
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	539.415,9	552.088,0	555.623,2	557.671,0	587.200,6	607.748,8	611.650,5	628.931,3	657.074,6	660.916,1	670.226,5	675.883,7	685.474,8
I. Dívida em Poder do Público	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	475.473,4	485.941,4	492.493,1	498.555,2
LTN	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6	60.659,9	58.072,5	57.183,2	52.859,2	51.191,1	48.806,7	48.039,9	49.211,3
LFT	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6	252.996,8	254.034,3	255.029,6	260.464,3	266.019,8	275.243,1	279.676,2	277.993,1
LFT-A	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2	20.398,0	20.598,6	20.742,9	20.931,8	20.935,2	20.960,6	21.148,4	21.276,7
LFT-B	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2	30.002,0	30.145,1	29.952,1	30.019,8	29.989,8	29.953,5	29.619,2	29.639,1
LFT-E	935,1	946,9	958,1	681,2	434,1	440,6	447,6	453,6	460,5	-	-	-	-
NTN-A	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5	11.157,8	11.909,2	12.475,5	12.374,5	11.447,7	10.713,7	11.307,8	10.944,7
NTN-C	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6	21.252,2	22.454,4	23.400,6	24.872,1	25.961,4	26.781,6	26.836,1	30.746,9
NTN-D	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9	12.638,7	11.923,6	20.941,2	35.460,5	37.820,0	39.204,3	40.709,8	47.277,5
NTN-H	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1	2.097,4	1.830,4	1.580,1	1.704,4	1.286,1	212,6	213,5	173,4
NTN-I	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7	2.014,5	2.433,4	2.693,5	2.728,7	1.926,3	1.260,5	1.513,9	1.415,8
NTN-P	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3	11.645,4	11.744,5	11.844,2	11.936,5	11.942,4	12.103,0	4.595,7	4.622,8
CFT-A	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4	11.736,2	11.942,3	11.955,0	11.891,0	11.928,3	11.945,5	11.938,6	11.242,7
CFT-D	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2	2.689,2	2.705,1	2.887,3	2.974,2	2.705,0	1.836,2	1.655,8	1.614,9
Demais	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2	2.300,3	2.415,0	2.467,1	2.402,9	2.320,3	6.920,1	15.238,1	12.396,4
II. Dívida com BACEN	139.464,3	143.519,3	143.280,3	151.285,1	162.081,1	165.719,8	168.994,6	175.325,5	185.994,1	185.442,7	184.285,2	183.390,6	186.919,6
LTN	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5	31.256,3	30.707,7	30.125,5	28.028,8	25.699,9	27.962,0	25.193,8	21.400,8
LFT	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0	44.670,6	46.039,7	46.123,6	46.297,9	46.401,8	46.499,7	47.217,5	47.810,9
LFT-A	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1	61.190,6	61.732,5	62.104,5	62.608,8	63.023,2	63.437,0	63.939,9	64.555,7
NTN-A	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3	1.861,1	2.222,9	1.628,1	2.133,1	1.702,1	1.836,1	2.072,1	1.869,9
NTN-D	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2	26.130,3	27.678,7	34.730,1	46.310,0	47.999,4	43.933,4	44.349,0	50.664,2
Demais	606,6	607,3	607,5	608,5	609,0	610,8	613,1	613,7	615,4	616,2	616,9	618,4	618,0
Dívida em Poder do Público/PIB	36,2%	36,6%	36,6%	35,7%	37,3%	38,7%	38,6%	39,2%	40,3%	40,3%	40,9%	41,2%	41,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Fev/2001	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2002
I. INTERNA	-79.418,8	-79.696,0	-79.933,5	-81.066,5	-82.257,8	-83.714,1	-84.468,3	-85.282,2	-86.768,9	-86.588,2	-87.468,8	-89.740,4	-90.678,5
Dívida contratual	861,9	878,1	881,0	913,5	886,0	907,8	630,4	652,6	655,1	620,4	581,9	597,8	585,3
FAT	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7
Aplicações financeiras	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9
Fundos Regionais	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.653,0	-14.863,3	-15.106,6	-15.349,0	-15.630,2	-15.859,5	-16.244,5	-16.504,8	-16.839,2
Demais	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0
II. EXTERNA	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7
Disponibilidades	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-80.345,7	-80.684,0	-80.919,8	-82.068,8	-83.244,9	-84.779,0	-85.533,3	-86.444,2	-87.909,2	-87.707,9	-88.452,5	-90.703,4	-91.653,1
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,3%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,3%	-7,4%	-7,5%	-7,5%	-7,5%	-7,4%	-7,4%	-7,6%	-7,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteraçã

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em fevereiro, foram 16,9% maiores que os valores distribuídos no mês de janeiro/2002. O incremento deveu-se, basicamente, ao pagamento efetuado no terceiro decêndio (base de cálculo da primeira cota do mês de fevereiro) das parcelas arrecadadas pelos Fundos de Pensão por conta dos débitos em atraso relativo ao IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica, em conformidade com a MP nº 2.222/01.

Em relação ao mesmo mês de 2001, o FPM e o FPE apresentaram crescimento nominal de 58,9%.

Em fevereiro, as transferências por conta do IPI apresentaram decréscimo de 7,1% em comparação aos valores transferidos no mês de janeiro/2002.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/02 JAN/02	FEV/02 FEV/01	JAN A FEV/02 JAN A FEV/01
2001	1.411,0	1.731,7	3.142,7	-	-	-
2002	2.242,5	1.917,7	4.160,2	16,9 %	58,9 %	32,4 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	FEV	JAN	JAN A FEV	FEV/02 JAN/02	FEV/02 FEV/01	JAN A FEV/02 JAN A FEV/01
2001	1.348,3	1.654,8	3.003,1	-	-	-
2002	2.142,8	1.832,5	3.975,3	16,9 %	58,9 %	32,4 %

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -FUNDEF

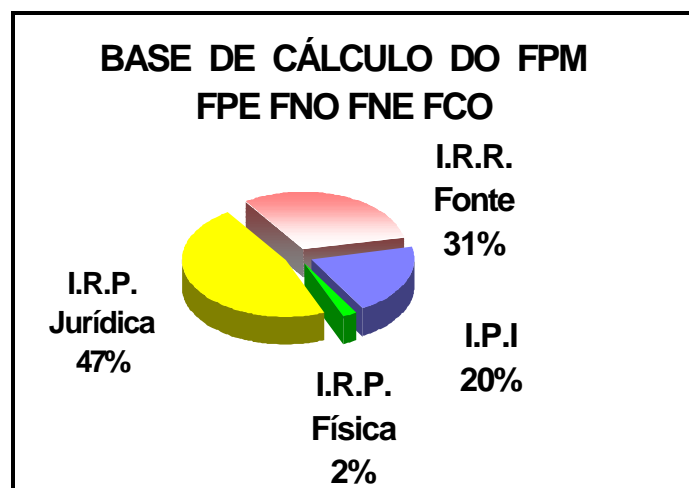
PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **fevereiro** foram efetuados nas seguintes datas: **08/02, 20/02 e 28/02**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
FEV	+29,0%	+16,9%	+29,0%	+16,9%	+ 4,5%	-7,1 %

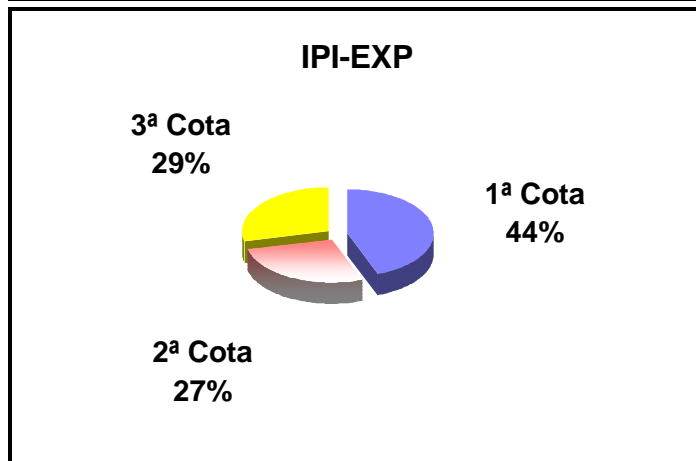
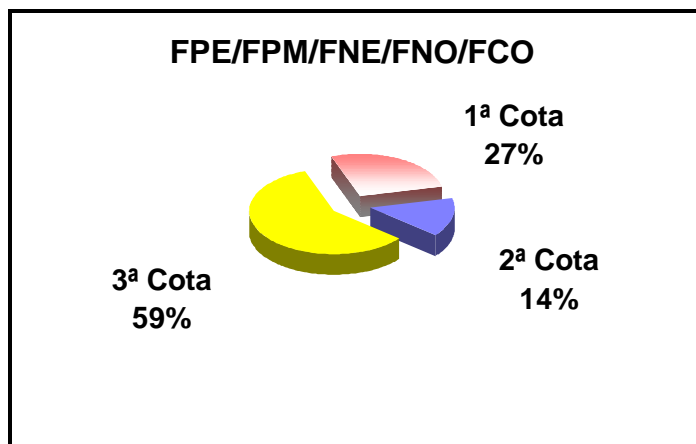
COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **fevereiro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de janeiro a 20 de fevereiro, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)(2)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Jan	473,6	6.396,3	6.869,9						
FEV/2002	1.464,1	6.019,7	7.483,8	FEV/2002	9.966,6	1.821,4	1.906,1	129,0	680,6
1º Dec./Fev.	647,5	1.364,4	2.011,9	3º Dec./Jan.	6.869,9	1.255,5	1.313,9	40,3	460,5
2º Dec./Fev.	396,9	687,8	1.084,8	1º Dec./Fev.	2.011,9	367,7	384,8	55,0	142,5
3º Dec./Fev.	419,7	3.967,5	4.387,2	2º Dec./Fev.	1.084,8	198,2	207,5	33,7	77,5

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui valores do REFIS referentes ao ano de 2000 e 2001 classificados em dezembro de 2001 (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPI-EXP	FUNDEF UNIÃO
AC	10.481,06	62.257,39	13,06	12.879,22
AL	45.224,88	75.707,97	126,74	21.901,20
AM	26.643,08	50.781,35	3.659,48	14.802,63
AP	7.213,26	62.093,60	29,70	12.433,29
BA	172.660,78	170.997,62	7.552,42	84.262,45
CE	96.704,16	133.521,26	1.527,16	41.691,12
DF	4.594,52	12.560,67	2,89	3.424,97
ES	33.829,86	27.297,89	5.754,01	13.907,21
GO	71.185,51	51.740,42	903,19	22.506,53
MA	76.906,97	131.361,09	1.543,46	55.310,22
MG	247.971,24	81.065,63	16.761,99	67.393,53
MS	28.527,19	24.240,53	771,62	10.055,96
MT	36.302,80	42.000,53	705,55	14.899,12
PA	69.088,52	111.229,80	6.188,10	43.493,22
PB	61.499,44	87.151,24	326,96	26.426,88
PE	98.136,55	125.573,93	841,24	37.929,76
PI	47.208,25	78.643,40	151,41	25.801,61
PR	129.140,63	52.470,18	13.943,89	39.487,49
RJ	56.572,75	27.801,99	8.208,82	19.232,38
RN	47.176,25	76.031,90	400,46	21.987,94
RO	17.204,68	51.239,96	142,49	12.223,42
RR	9.092,08	45.145,25	9,55	9.586,55
RS	129.062,09	42.854,05	21.382,74	39.039,25
SC	75.018,13	23.290,56	12.173,40	21.269,30
SE	27.492,22	75.620,61	86,77	18.331,62
SP	253.287,80	18.198,59	25.806,42	66.966,10
TO	29.009,12	78.981,89	18,58	19.094,08
TOTAL	1.907.233,82	1.819.859,32	129.032,08	776.337,05

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	MAR/FEV	ABR/MAR	MAI/ABR
FPM	- 22,0%	+ 8,0%	+ 7,0%
FPE	- 22,0%	+ 8,0%	+ 7,0%
IPI-EXP	- 8,0%	+ 30,0%	- 9,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Mai/2001	28/06/01	Set/2001	30/01/01
Jun/2001	08/08/01	Out/2001	30/10/01
Jul/2001	29/08/01	Nov/2001	30/01/02
Ago/2001	03/09/01	Dez/2001	25/01/02
R e p u b .	11/09/01	Jan/2002	21/02/02

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: stncofin@fazenda.gov.br

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

FEVEREIRO/2002

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em que pese o excelente comportamento dos Fundos de Participação (FPE/FPM), no mês de fevereiro, os repasses para o FUNDEF apresentaram um decréscimo de 3,1% quando comparados aos do mês anterior. O desempenho dos recursos originários do IPI-Exp. e do ICMS ocasionaram a variação negativa, em termos globais. O valor relativo à Complementação da União corresponde aos repasses referentes aos meses de janeiro e fevereiro/2002, respectivamente creditados nos dias 05.02.02 e 28.02.02.

R\$ Mil

Origens	Janeiro	Partic.	Fevereiro	Partic.	Fev/ Jan
FPM	285.315,0	14,9%	333.366,5	18,0%	16,8%
FPE	274.875,6	14,4%	321.151,6	17,3%	16,8%
IPI-EXP	24.517,5	1,3%	22.770,4	1,2%	-7,1%
LC 87/96 LC 102/00	49.124,8	2,6%	49.424,5	2,7%	0,6%
Compl. União	0,0	0,0%	49.624,0	2,7%	
ICMS	1.277.296,4	66,8%	1.076.370,3	58,1%	-15,7%
Total	1.911.129,3	100%	1.852.707,4	100%	-3,1%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala500
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: stncofin@fazenda.gov.br

PORTARIA MF Nº 27, DE 30/01/2002 - ESTIMATIVA DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO DE 2002

Portaria MF nº 27, de 30 de janeiro de 2002, publicado no D.O.U. em 31/01/02 que divulga o cronograma com a estimativa dos valores da Complementação da União, relativo ao ano de 2002.

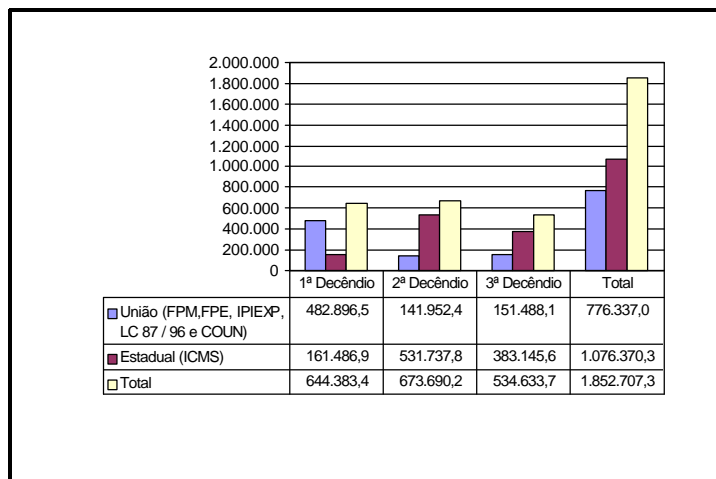
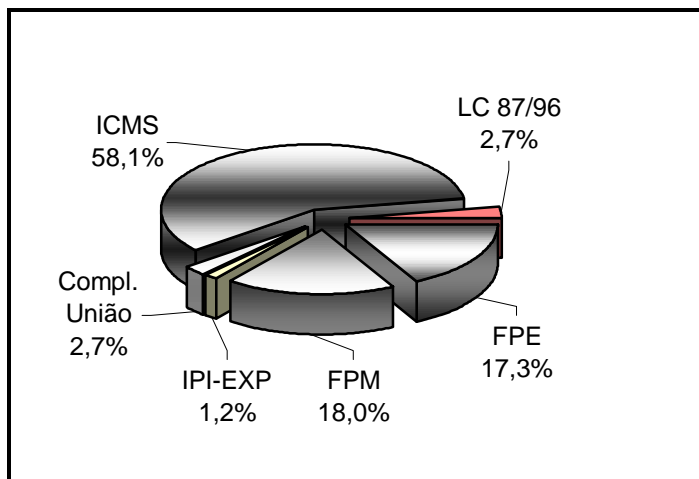
R\$ Mil

ESTADO MÊS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
	JANEIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517
FEVEREIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MARÇO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
ABRIL	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MAIO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JUNHO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JULHO	30.686.027	26.192.810	12.647.660	4.909.550	74.436.047
AGOSTO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
SETEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
OUTUBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
NOVEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
DEZEMBRO	40.914.701	34.923.742	16.863.542	6.546.062	99.248.047
TOTAL	183.718.200	137.222.800	66.536.800	21.016.600	421.804.264

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - FEVEREIRO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	10.986,6	1.845,3	2,3	0,0	45,0	1.436,2	14.315,4	103,9	193,4
AL	667.007	13.360,2	8.103,5	22,4	0,0	415,1	5.998,8	27.900,1	41,8	82,8
AM	630.642	8.961,4	4.697,5	645,8	0,0	498,0	21.295,0	36.097,6	57,2	109,8
AP	116.231	10.957,7	1.269,5	5,2	0,0	200,8	365,2	12.798,5	110,1	225,5
BA	3.527.787	30.176,1	30.459,9	1.332,8	20.457,4	1.836,3	56.263,5	140.526,0	39,8	72,2
CE	1.698.971	23.562,6	17.054,3	269,5	0,0	804,8	25.250,5	66.941,6	39,4	87,1
DF(2)	321.563	2.216,6	807,8	0,5	0,0	400,1	0,0	3.425,0	10,7	20,6
ES	542.389	4.817,3	5.968,1	1.015,4	0,0	2.106,4	22.210,3	36.117,5	66,6	136,0
GO	1.044.232	9.130,7	12.557,0	159,4	0,0	659,5	32.020,0	54.526,5	52,2	111,2
MA	1.544.447	23.181,4	13.565,1	272,4	17.461,9	829,5	7.905,9	63.216,1	40,9	72,9
MG	3.433.497	14.305,7	43.754,2	2.958,0	0,0	6.375,7	104.981,7	172.375,3	50,2	109,8
MS	420.557	4.277,7	5.032,0	136,2	0,0	610,0	14.994,7	25.050,6	59,6	122,4
MT	576.334	7.411,9	6.403,8	124,5	0,0	958,9	17.375,4	32.274,5	56,0	110,1
PA	1.546.627	19.628,8	12.184,6	1.092,0	8.431,8	2.156,0	18.546,7	62.039,9	40,1	76,8
PB	814.623	15.379,6	10.847,5	57,7	0,0	142,0	12.112,1	38.539,0	47,3	96,1
PE	1.579.456	22.160,1	14.955,0	148,5	0,0	666,2	32.411,9	70.341,7	44,5	85,6
PI	723.848	13.878,2	8.325,5	26,7	3.273,0	298,1	6.146,7	31.948,3	44,1	77,0
PR	1.573.083	9.259,4	22.785,8	2.460,7	0,0	4.981,6	47.684,2	87.171,7	55,4	111,3
RJ	2.008.289	4.906,2	9.979,7	1.448,6	0,0	2.897,8	116.422,7	135.655,0	67,5	141,8
RN	594.181	13.417,4	8.321,0	70,7	0,0	178,9	10.436,8	32.424,7	54,6	110,6
RO	301.839	9.042,3	3.032,7	25,1	0,0	123,2	5.223,1	17.446,5	57,8	112,0
RR	78.462	7.966,8	1.599,2	1,7	0,0	18,9	757,2	10.343,7	131,8	279,1
RS	1.596.324	7.562,5	22.741,2	3.773,4	0,0	4.962,1	63.016,9	102.056,2	63,9	152,4
SC	908.259	4.110,1	13.236,6	2.148,2	0,0	1.774,4	42.706,6	63.975,9	70,4	152,8
SE	395.309	13.344,8	4.847,7	15,3	0,0	123,8	7.955,5	26.287,1	66,5	129,3
SP	5.486.865	3.211,5	43.877,9	4.554,1	0,0	15.322,6	397.401,7	464.367,8	84,6	180,4
TO	323.383	13.938,0	5.113,9	3,3	0,0	38,9	5.451,1	24.545,1	75,9	156,8
Total	32.591.935	321.151,6	333.366,5	22.770,4	49.624,0	49.424,5	1.076.370,3	1.852.707,4	56,8	117,1

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.